



CONCURSO PÚBLICO

013. PROVA OBJETIVA

ANALISTA JURÍDICO – DIREITO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 06.

Todos chegarão lá

RIO DE JANEIRO – O Brasil está envelhecendo. Segundo instituições oficiais calculam, 20% da população terá mais de 60 anos em 2030. É o óbvio: vive-se mais, morre-se menos e as taxas de fecundidade estão caindo – e olhe que nunca se viram tantos gêmeos em carrinhos duplos no calçadão de Ipanema.

Em números absolutos, esperam-se perto de 50 milhões de idosos em 2030 – imagine o volume de Lexotan, Viagra e fraldas geriátricas que isso vai exigir. Não quer dizer que a maioria desses macróbios seguirá o padrão dos velhos de antigamente, que, mal passados dos 60, equipados com boina, cachecol, suéter e cobertor nas pernas, eram levados para tomar sol no parquinho.

Como a sociedade mudou muito, creio que os velhos de 2030 se parecerão cada vez mais com meus vizinhos do Baixo Vovô, aqui no Leblon – uma rede de vôlei frequentada diariamente por sexa ou septuagenários, com músculos invejáveis e capazes de saques mortíferos. A vida para eles nunca parou. Para eles, o lema é: se não se trabalha, diverte-se.

Por sorte, a aceitação do velho é agora maior do que nunca. Bem diferente de 1968 – apogeu de algo que me parecia fabricado, chamado “Poder Jovem” –, em que ser velho era quase uma ofensa. À idade da razão, que deveria ser a aspiração de todos, sobrepunha-se o que Nelson Rodrigues denunciava como “a razão da idade” – a juventude justificando todas as injustiças e ignomínias (como as ocorridas na China, em que velhos eram humilhados publicamente por serem velhos, durante a Revolução Cultural).

Enquanto naquela mesma época o rock era praticado por jovens esbeltos, bonitos e de longas cabeleiras, para uma plateia de rapazes e moças idem, hoje, como se viu no Rock in Rio, ele é praticado por velhos carecas, gordos e tatuados, para garotos que podiam ser seus netos. Já se pode confiar em maiores de 60 anos e, um dia, todos chegarão lá.

(Ruy Castro. *Folha de S.Paulo*. 04.10.2013. Adaptado)

01. Segundo o texto,

- (A) embora a situação dos idosos tenha melhorado, eles são ainda discriminados, em especial na China.
- (B) atletas e artistas idosos têm melhor qualidade de vida na velhice.
- (C) a taxa de natalidade aumentou no Brasil nos últimos anos.
- (D) a mudança no índice de longevidade pode beneficiar o mercado farmacêutico.
- (E) as mudanças que atingiram a velhice, nas últimas décadas, não alteraram o perfil dos idosos.

02. A frase em que a preposição destacada estabelece uma relação de lugar é:

- (A) (...) 20% da população terá mais de 60 anos **em** 2030. (1.º parágrafo)
- (B) **Em** números absolutos, esperam-se perto de 50 milhões de idosos em 2030 (...) (2.º parágrafo)
- (C) Bem diferente de 1968 – apogeu de algo que me parecia fabricado, chamado “Poder Jovem” –, **em** que ser velho era quase uma ofensa. (4.º parágrafo)
- (D) (...) (como as ocorridas na China, **em** que velhos eram humilhados publicamente por serem velhos, durante a Revolução Cultural). (4.º parágrafo)
- (E) Já se pode confiar **em** maiores de 60 anos e, um dia, todos chegarão lá. (5.º parágrafo)

03. Considere os trechos do texto:

– Bem diferente de 1968 – **apogeu** de algo que me parecia fabricado, chamado “Poder Jovem” –, em que ser velho era quase uma ofensa. (4.º parágrafo)

– À idade da razão, que deveria ser a aspiração de todos, sobrepunha-se o que Nelson Rodrigues denunciava como “a razão da idade” – a juventude justificando todas as injustiças e **ignomínias** (como as ocorridas na China, em que velhos eram humilhados publicamente por serem velhos, durante a Revolução Cultural). (4.º parágrafo)

Os termos destacados podem ser substituídos, correta e respectivamente, sem prejuízo do sentido do texto, por:

- (A) ápice; honrarias.
- (B) clímax; distensões.
- (C) base; desafios.
- (D) progresso; lamúrias.
- (E) auge; infâmias.

04. Considere as passagens do texto:

(...) seguirá o padrão dos velhos de antigamente, que, **mal** passados dos 60, (...) eram levados (...) (2.º parágrafo)

(...) hoje, **como** se viu no Rock in Rio, ele é praticado por velhos carecas, (...) (5.º parágrafo)

É correto afirmar que os termos destacados estabelecem, respectivamente, entre as orações, relações de sentido de

- (A) tempo; causa.
- (B) concessão; causa.
- (C) tempo; conformidade.
- (D) proporção; comparação.
- (E) comparação; conformidade.

05. A frase redigida em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa é:

- (A) A velhice, contra a qual muitos lutam, é inevitável.
- (B) O Leblon, que fica o Baixo Vovô, é um bairro festivo do Rio.
- (C) O rock, que muitos jovens se dedicam, também agrada aos velhos.
- (D) Há 60 anos, os idosos, de cujas vidas eram mais pacatas, viviam menos.
- (E) Jovens e velhos gostam de esportes, os quais os benefícios são visíveis.

06. Assinale a alternativa correta, segundo a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Em – É o óbvio: vive-se mais, (...) (1.º parágrafo) – a frase continua correta, alterando-se a posição do pronome oblíquo para antes do verbo: É o óbvio: **se** vive mais, (...)
- (B) Em – (...) 20% da população terá mais de 60 anos em 2030. (1.º parágrafo) – a concordância verbal mantém-se correta, substituindo-se “população” por “habitantes”: 20% dos habitantes terá mais de 60 anos em 2030.
- (C) Em – Já se pode confiar em maiores de 60 anos e, um dia, todos chegarão **lá**. (5.º parágrafo) – o termo destacado refere-se a *Rock in Rio*.
- (D) Em – (...) frequentada diariamente por sexa ou septuagenários, com músculos invejáveis e capazes de saques **mortíferos**. (3.º parágrafo) – o termo destacado está empregado com sentido próprio.
- (E) Em – **Bem** diferente de 1968 – apogeu de algo que me parecia fabricado, chamado “Poder Jovem” (...) (4.º parágrafo) – o termo em destaque expressa circunstância de intensidade.

Leia os quadrinhos para responder às questões de números 07 e 08.



07. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas nas falas das personagens devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) esta ... o ... Espere ... sua
- (B) essa ... lhe ... Espere ... tua
- (C) esta ... lhe ... Espere ... sua
- (D) essa ... o ... Espere ... tua
- (E) esta ... o ... Espere ... sua

08. É correto afirmar que, no último quadrinho, o médico

- (A) quer potencializar a cura de seu paciente.
- (B) desdenha da herança do paciente.
- (C) tem atitude ética em relação ao paciente.
- (D) desiste de curar o paciente.
- (E) mostra-se indiferente ao testamento do paciente.

09. A ministra de Direitos Humanos instituiu grupo de trabalho para proceder ____ medidas necessárias ____ exumação dos restos mortais do ex-presidente João Goulart, sepultado em São Borja (RS), em 1976. Com a exumação de Jango, o governo visa esclarecer se o ex-presidente morreu de causas naturais, ou seja, devido ____ uma parada cardíaca – que tem sido a versão considerada oficial até hoje –, ou se sua morte se deve ____ envenenamento.

(<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,governo-cria-grupo-exumar-restos-mortais-de-jango,1094178,0.htm> 07. 11.2013. Adaptado)

Segundo a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas da frase devem ser completadas, correta e respectivamente, por

- (A) a ... à ... a ... a
(B) as ... à ... a ... à
(C) às ... a ... à ... a
(D) à ... à ... à ... a
(E) a ... a ... a ... à
10. Segundo a norma-padrão da língua portuguesa, a pontuação está correta em:
- (A) Como há suspeita, por parte da família de que João Goulart tenha sido assassinado; a Comissão da Verdade decidiu reabrir a investigação de sua morte, em maio deste ano, a pedido da viúva e dos filhos.
(B) Em maio deste ano, a Comissão da Verdade acatou o pedido da família do ex-presidente João Goulart e reabriu a investigação da morte deste, visto que, para a viúva e para os filhos, Jango pode ter sido assassinado.
(C) A investigação da morte de João Goulart, foi reaberta, em maio deste ano pela Comissão da Verdade, para apuração da causa da morte do ex-presidente uma vez que, para a família, Jango pode ter sido assassinado.
(D) A Comissão da Verdade, a pedido da família de João Goulart, reabriu em maio deste ano a investigação de sua morte, porque, a hipótese de assassinato não é descartada, pela viúva e filhos.
(E) Como a viúva e os filhos do ex-presidente João Goulart, suspeitando que ele possa ter sido assassinado pediram a reabertura da investigação de sua morte, à Comissão da Verdade, esta, atendeu o pedido em maio deste ano.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Considerando o conteúdo das constituições, estas podem ser
- (A) meio de resolução de conflitos, pois consagram processos de decisão.
(B) democráticas, que possuem sua origem na manifestação da vontade popular.
(C) materiais, por suas normas tratarem de matérias especificamente constitucionais, como os direitos fundamentais.
(D) ortodoxas, em razão de sua elaboração com base em um único e centralizado pensamento ideológico.
(E) unitárias, quando seu conteúdo se concentra em um único documento.
12. As regiões metropolitanas poderão ser constituídas pelos
- (A) Estados, por meio de lei complementar, a fim de integrar a execução de funções públicas comuns.
(B) Municípios interessados e contíguos, por lei ordinária, a fim de realizar planejamento de funções públicas comuns.
(C) Estados, por lei ordinária, em relação a Municípios contíguos e não limítrofes, para fim de planejamento.
(D) Municípios limítrofes, mediante lei complementar federal, para fim de gestão associada de serviços públicos.
(E) Estados, mediante convênios de cooperação, visando à gestão associada de serviços públicos.
13. As medidas provisórias poderão ser editadas
- (A) para disciplinar matéria de direito processual civil, por Governador de Estado, que deverá remetê-las à análise do Congresso Nacional.
(B) se ocorrerem calamidades de grandes proporções na natureza, pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para liberação de recursos financeiros.
(C) na ocorrência de comoção grave de repercussão nacional, pelo Presidente da República e pelos Governadores de Estado.
(D) quando não votada a lei orçamentária anual até 31 de dezembro do ano anterior, pelo Presidente da República, a fim de regular os gastos da União.
(E) em caso de relevância e urgência, pelo Presidente da República, que deverá submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

14. Se o Governo do Estado de São Paulo decidisse ser necessária a criação de subsidiárias da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA – Emplasa, nos termos da Constituição Federal, seria necessário(a)
- (A) a edição de lei específica pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
 - (B) obter a autorização de 2/3 (dois terços) dos acionistas da empresa.
 - (C) realizar plebiscito nos municípios onde se pretendem instalar tais subsidiárias.
 - (D) autorização legislativa pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
 - (E) que o Estado, como sócio-controlador, aporte o capital necessário.
15. Dentre os direitos e garantias fundamentais previstos expressamente no texto da Constituição Federal, encontra-se
- (A) o direito ao duplo grau de jurisdição, mediante a apresentação de recurso perante órgão colegiado.
 - (B) o direito de acesso à informação governamental, pelo cidadão, de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.
 - (C) a inviolabilidade do direito à vida, desde o momento da concepção, até a morte cerebral.
 - (D) a livre manifestação do pensamento, de forma identificada ou mediante anonimato, visando assegurar o sigilo da fonte.
 - (E) a exceção do direito à inviolabilidade da casa, quando se tratar do cumprimento de mandado judicial, a qualquer hora do dia ou da noite.
16. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, o Supremo Tribunal Federal poderá modular os efeitos daquela declaração
- (A) restringindo-os a determinados entes federativos que não serão prejudicados pelo impacto da decisão como outros que sejam afetados diretamente, em matéria relativa à repartição das receitas tributárias.
 - (B) ao decidir que ela só terá eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, mediante voto de 2/3 (dois terços) de seus membros.
 - (C) por decisão unânime, estando presentes os 11 (onze) Ministros que compõem aquele tribunal, podendo fixar período de até 180 (cento e oitenta) dias de suspensão da eficácia da declaração de inconstitucionalidade.
 - (D) se julgar procedente ação direta de inconstitucionalidade, mediante voto da maioria absoluta dos membros do tribunal, decidindo que a aplicação imediata da decisão poderá causar riscos à segurança da sociedade ou do Estado.
 - (E) pois a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.
17. Prevê a Constituição Federal que deverá ser editada lei que estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. Tal lei deverá prever
- (A) a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
 - (B) a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, excluindo-se a participação de acionistas minoritários.
 - (C) a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores, cujos mandatos deverão ser de, no máximo, 2 (dois) anos.
 - (D) sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade, que possuirá pelo menos um assento no conselho de administração.
 - (E) que a licitação e a contratação de obras, serviços, compras e alienações serão obrigatoriamente regidas pela lei que for aplicável à Administração Direta.
18. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, com base no seguinte objetivo:
- (A) redutibilidade do valor dos benefícios.
 - (B) unicidade da base de financiamento.
 - (C) universalidade da cobertura e do atendimento.
 - (D) participação diferenciada no custeio, de acordo com a capacidade individual.
 - (E) caráter centralizado da gestão administrativa.
19. Os princípios constitucionais orçamentários orientam como devem ser elaborados, aprovados e executados os orçamentos públicos. Assim, prevê a Constituição Federal que a lei orçamentária anual deverá compreender o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social. Esta previsão, constante do art. 165, § 5.º da Constituição, é denominada princípio constitucional
- (A) do equilíbrio orçamentário.
 - (B) da pureza orçamentária.
 - (C) da legalidade orçamentária.
 - (D) da não afetação de receita.
 - (E) da universalidade orçamentária.

20. Os particulares estão obrigados a cumprir lei inconstitucional, cuja inconstitucionalidade ainda não foi proclamada pelo Poder Judiciário?

- (A) Não, pois não se pode presumir como válida uma lei cuja inconstitucionalidade é notória, sendo desnecessária a declaração formal.
- (B) Sim, pois a qualquer cidadão é dado o direito de resistência, em qualquer situação que julgar haver ilegalidade ou inconstitucionalidade.
- (C) Não, porque o cidadão não possui legitimidade para alegar vícios de forma ou de conteúdo nos casos concretos que lhe afetem.
- (D) Sim, pois até que haja decisão judicial sobre a inconstitucionalidade, a lei é válida, pois é presumida sua constitucionalidade, obrigando os particulares a segui-la.
- (E) Não, porque cabe somente ao Supremo Tribunal Federal se pronunciar sobre a constitucionalidade e a imperatividade das leis.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. No que se refere aos Princípios Constitucionais do Direito Administrativo, é correto afirmar que

- (A) a Administração Pública pode, por meio de simples ato administrativo, criar obrigações ou impor vedações, desde que a lei não as proíba.
- (B) a moralidade, a transparência, a razoabilidade e a eficiência necessitam de regulamentação legal para que sejam aplicáveis a casos concretos.
- (C) pela motivação, o administrador público justifica sua ação administrativa, indicando os fatos que ensejam o ato e os preceitos jurídicos que autorizam sua prática.
- (D) a finalidade permite a prática de ato administrativo desprovido de interesse público ou conveniência para a Administração Pública.
- (E) as leis administrativas são normalmente de ordem pública, porém seus preceitos podem ser relegados por acordo ou vontade conjunta de seus aplicadores ou destinatários.

22. Deliberações são atos administrativos

- (A) sob a forma de ordens escritas, de caráter uniforme, expedidas a determinados funcionários ou agentes administrativos incumbidos de certo serviço.
- (B) postos em vigência por decreto, para especificar os mandamentos da lei ou prover situações ainda não disciplinadas por lei.
- (C) expedidos pelas altas autoridades do Executivo ou pelos presidentes dos órgãos legislativos e colegiados administrativos, para disciplinar matéria de sua competência específica.
- (D) normativos ou decisórios emanados de órgãos colegiados.
- (E) internos pelos quais os chefes de órgãos, repartições ou serviços expedem determinações gerais ou especiais a seus subordinados.

23. A presunção de legitimidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade são atributos dos atos administrativos. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- (A) A imperatividade autoriza a imediata execução ou operatividade dos atos administrativos.
- (B) A legitimidade impõe a coercibilidade para cumprimento e execução dos atos administrativos.
- (C) A presunção de legitimidade é a transferência do ônus da prova de invalidade do ato administrativo a quem o invoca.
- (D) O reconhecimento da autoexecutoriedade tornou-se mais amplo em razão da ampla defesa.
- (E) A presunção de legitimidade é condição de operatividade do ato perfeito.

24. Em relação ao ato administrativo, é correto afirmar que

- (A) o Judiciário apenas revoga o ato administrativo.
- (B) a Administração apenas anula o ato administrativo.
- (C) a Administração pode revogar seus atos por razões de interesse público, devendo anulá-los quando eivados de vícios que os tornem ilegais.
- (D) a Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais.
- (E) a anulação é a supressão de um ato discricionário legítimo e eficaz, realizada pela Administração.

25. Atos vinculados

- (A) são aqueles para os quais a lei estabelece requisitos e condições de sua realização e impõem à Administração o dever de motivá-los.
- (B) podem desatender às disposições legais ou regulamentares se houver decisão judicial dizendo sobre a conveniência e oportunidade.
- (C) encontram fundamento e justificativa na complexidade e variedade dos problemas que o Poder Público tem que solucionar a cada caso e para os quais a lei, por mais casuística que seja, não poderia prever todas as soluções.
- (D) são aqueles que permitem à Administração assegurar de modo eficaz os meios realizadores do fim a que se propõe o Poder Público.
- (E) são instrumentos legais que permitem ao administrador fazer o que entender conveniente à coletividade.

26. A EMPLASA é uma empresa da administração indireta do Estado de São Paulo, logo

- (A) seu patrimônio foi constituído com recursos públicos e particulares.
- (B) o regime de pessoal é o mesmo previsto para os servidores públicos.
- (C) o controle é feito exclusivamente pelo Conselho Fiscal.
- (D) seus bens são impenhoráveis.
- (E) a contratação de obras, serviços e compras fica sujeita à licitação.

27. Levando-se em conta a essencialidade, adequação, finalidade e os destinatários dos serviços públicos, é possível classificar como serviços de utilidade pública os que

- (A) a Administração presta diretamente à comunidade, por reconhecer sua essencialidade e necessidade de sobrevivência de um grupo social e do próprio Estado.
- (B) se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público e para a execução dos quais a Administração usa da sua supremacia sobre os administrados.
- (C) satisfazem interesses de parte da coletividade e, por isso, a Administração os presta remuneradamente, por seus próprios órgãos ou entidades descentralizadas.
- (D) a Administração, reconhecendo sua conveniência para os membros da coletividade, presta-os diretamente ou aquiesce que sejam prestados por terceiros, nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários.
- (E) a Administração presta sem ter usuários determinados, para atender indiscriminadamente à coletividade.

28. Assinale a alternativa correta.

- (A) Para o Poder de Polícia Administrativa, há competências exclusivas e não concorrentes das três esferas estatais, dada à centralização político-administrativa decorrente do sistema constitucional.
- (B) O Poder de Polícia é o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública para conter os abusos do direito coletivo.
- (C) A Polícia Administrativa Especial é aquela que cuida genericamente da segurança, da salubridade e da moralidade pública.
- (D) A finalidade do Poder de Polícia é a proteção ao interesse público no seu sentido mais estrito.
- (E) Com a ampliação do campo de incidência do Poder de Polícia, chega-se hoje a utilizar esse poder até para a preservação da segurança nacional, que é, em última análise, a situação da tranquilidade e garantia que o Estado oferece ao indivíduo e à coletividade, para a consecução dos objetivos do cidadão e da Nação em geral.

29. No que se refere ao controle da Administração, é correto afirmar que

- (A) o controle interno é todo aquele realizado pela entidade ou órgão responsável pela atividade controlada, no âmbito da própria Administração.
- (B) o controle hierárquico é o que se realiza por um Poder ou órgão constitucional independente funcionalmente sobre a atividade administrativa de outro Poder estranho à Administração.
- (C) o controle externo é o teleológico.
- (D) o controle externo popular é aquele em que as contas do Executivo ficam durante 90 dias, a cada biênio, à disposição de qualquer contribuinte.
- (E) o controle hierárquico é aquele que a norma legal estabelece para as entidades autônomas, indicando a autoridade controladora.

30. Para a EMPLASA, é inexigível a licitação

- (A) para a impressão de formulários padronizados, por órgãos ou entidades que integrem a Administração e que tenham sido criados para esse fim específico.
- (B) na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos, para prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra.
- (C) quando não acudirem interessados na licitação anterior e esta não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.
- (D) para contratação de empresas de notória especialização em auditoria financeira.
- (E) nos casos de emergência ou de calamidade.

31. Com relação à utilização de bem público de uso especial, assinale a alternativa correta.
- (A) É todo aquele que se disponibiliza à coletividade em geral, sem qualquer qualificação ou exigência para sua fruição.
 - (B) Embora esteja à disposição de usuários anônimos e indeterminados, a Administração impõe restrições.
 - (C) É todo aquele que, por um título individual, a Administração atribui a determinada pessoa para fruir com exclusividade e nas condições convencionadas.
 - (D) É todo aquele em que a Administração desonera o particular de sua conservação e vigilância.
 - (E) Todos têm o direito natural de utilizá-lo, sem qualquer encargo.
32. No que se refere à licitação, assinale a alternativa correta.
- (A) A licitação poderá ser sigilosa, sendo acessíveis ao público os atos de exame dos documentos de habilitação.
 - (B) É permitido ao agente público tolerar, nos atos de convocação para uma Concorrência, preferências ou distinções em razão da sede ou domicílio dos licitantes.
 - (C) A licitação deve selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, além de respeitar os princípios norteadores do sistema jurídico, em especial o da isonomia.
 - (D) É possível o estabelecimento no edital de licitação de tratamento diferenciado de natureza trabalhista entre empresas brasileiras e estrangeiras.
 - (E) As obras, compras e serviços, exceto de publicidade, são necessariamente precedidos de licitação.
33. No que se refere às peculiaridades dos contratos com a Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) a Administração Pública pode renunciar previamente ao poder de modificação unilateral do contrato.
 - (B) o reajustamento de preços é facultativo nos contratos administrativos de prestação de serviços de execução continuada, prorrogáveis até o limite de 05 anos.
 - (C) o poder de modificação unilateral do contrato constitui preceito de ordem pública.
 - (D) são considerados irrelevantes os prazos de início, execução, recebimento provisório e definitivo previstos no edital que deu origem à contratação, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro.
 - (E) o contrato ilegal só pode ser extinto por decisão judicial.
34. São cláusulas exorbitantes no contrato administrativo aquelas que
- (A) exigem seguros por dano material e moral, bem como garantia contratual.
 - (B) colocadas no contrato, extrapolam seu objeto e prazo de execução.
 - (C) estabelecem obrigações para as partes, não previstas em lei.
 - (D) fixam a duração do contrato além da vigência dos respectivos créditos orçamentários e estabelecem o foro do domicílio do contratado como competente para dirimir qualquer questão sobre o contrato.
 - (E) conferem determinadas prerrogativas à Administração Pública, colocando-a em situação de superioridade em relação ao particular contratado.
35. Assinale a alternativa correta.
- (A) Permissão de Uso é o ato unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração consente na prática de determinada atividade individual incidente sobre um bem público.
 - (B) Concessão de Uso é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio particular, para que o explore segundo sua destinação específica.
 - (C) Cessão de Uso é o ato negocial, unilateral, discricionário e precário por meio do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público.
 - (D) Autorização de Uso é a transferência gratuita da posse de um bem de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que este o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado.
 - (E) Concessão de Direito Real de Uso é o contrato pelo qual a Administração transfere o uso a título gratuito de bem móvel público ou particular, para que dele se utilize sem fins específicos.

36. Assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade imputável às pessoas jurídicas de direito público será subjetiva quando o dano for causado pelo próprio Estado.
- (B) A Administração Pública tem o dever de se voltar contra o servidor culpado, por meio de ação de regresso, para haver dele o despendido em reparação de danos a terceiros.
- (C) A culpabilidade do agente público reconhecida pela Justiça Criminal não produz efeito nos processos civil e administrativo.
- (D) A comprovação da culpa do agente público só pode ser feita por meio de processo administrativo.
- (E) A ação regressiva destinada à reparação patrimonial é intransferível aos herdeiros e sucessores do servidor culpado.

37. Em relação ao Processo Administrativo Disciplinar, assinale a alternativa correta.

- (A) O julgamento fora do prazo não acarreta a nulidade do Processo Administrativo Disciplinar.
- (B) A falta de defesa técnica por advogado no Processo Administrativo Disciplinar ofende a Constituição Federal.
- (C) É vedado ao Poder Judiciário examinar o Processo Administrativo Disciplinar para verificar se a sanção imposta é legítima à luz do devido processo legal material.
- (D) A Administração está impedida de utilizar meios sumários para elucidação preliminar de determinados fatos.
- (E) O Poder Judiciário pode substituir ou modificar penalidade disciplinar a pretexto de fazer justiça.

38. Em se tratando de desapropriação, considera(m)-se de interesse social

- (A) o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica.
- (B) a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais.
- (C) a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios.
- (D) a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais.
- (E) a criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves.

39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais do Plano Diretor, obrigatório para cidades com mais de

- (A) 20 000 habitantes, facultando ao Município, mediante lei específica para certa área incluída em tal Plano, exigir do proprietário seu adequado aproveitamento, sob pena de parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivamente aumentado e desapropriação paga com títulos da dívida pública resgatáveis em 10 anos.
- (B) 30 000 habitantes, impondo ao Município o dever de exigir do proprietário seu adequado aproveitamento, sob pena de parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivamente aumentado e desapropriação paga com títulos da dívida pública resgatáveis em 10 anos.
- (C) 20 000 habitantes, facultando ao Município, mediante decreto para certa área incluída em tal Plano, exigir do proprietário seu adequado aproveitamento, sob pena de parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivamente aumentado e desapropriação paga com títulos da dívida pública resgatáveis em 10 anos.
- (D) 20 000 habitantes, facultando ao Município, mediante decreto para certa área incluída em tal Plano, exigir do proprietário seu adequado aproveitamento, sob pena de parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivamente aumentado e desapropriação paga em dinheiro.
- (E) 30 000 habitantes, facultando ao Município, mediante lei específica para certa área incluída em tal Plano, exigir do proprietário seu adequado aproveitamento, sob pena de parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivamente aumentado e desapropriação paga em dinheiro.

40. Em relação ao Meio Ambiente e à Proteção Ambiental, assinale a alternativa correta.

- (A) A Serra do Mar é patrimônio estadual e sua ocupação e utilização se fazem na forma da lei, dentro de condições que assegurem a condição do meio ambiente local.
- (B) O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é órgão executor da Política Nacional do Meio Ambiente.
- (C) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelo Estado, por meio de ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- (D) O Poder Público define os espaços territoriais a serem especialmente protegidos, podendo alterá-los ou suprimi-los por meio de expedição de licença.
- (E) As usinas que operam reator nuclear deverão ter sua localização definida em decreto estadual, sem o que não poderão ser instaladas.

41. João vendeu seu automóvel a Maria em 14 de setembro de 2012, mas esta não registrou a transferência do veículo junto ao órgão de trânsito. Maria, em 12 de agosto de 2013, colidiu este automóvel com o de José, causando-lhe avarias, assim como o ferindo gravemente, o que acarretou cicatrizes permanentes e a incapacidade para trabalhar durante 90 dias. Diante desses fatos, assinale a alternativa correta.
- (A) João será o único a responder pela integralidade dos danos, moral, estético e material.
 - (B) João será o único a responder, mas apenas pelos danos materiais, que incluem os lucros cessantes.
 - (C) João e Maria responderão solidariamente pela integralidade dos danos, moral, estético e material.
 - (D) João e Maria responderão subsidiariamente pela integralidade dos danos, moral, estético e material.
 - (E) Maria será a única a responder pela integralidade dos danos, moral, estético e material.
42. Antonio possui, como seu, metade ideal de um imóvel urbano de 400 metros quadrados, utilizando-a para sua moradia. A outra metade é possuída por seu irmão Alexandre. Desse modo, Antonio tem direito a adquirir o domínio da área se nela exercer posse sem oposição durante
- (A) cinco anos ininterruptos e não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
 - (B) cinco anos ininterruptos, com justo título ou boa-fé.
 - (C) dez anos ininterruptos independentemente de título e boa-fé.
 - (D) quinze anos ininterruptos, com justo título ou boa-fé.
 - (E) vinte anos ininterruptos, com justo título ou boa-fé.
43. Sobre sua formação, tratando-se de um contrato eletrônico, assinale a alternativa correta.
- (A) A oferta em “homepage” não tem força jurídica para dar início à contratação, não vinculando o negócio.
 - (B) A remessa do número do cartão de crédito e do seu número de segurança configura aceitação.
 - (C) A aceitação para formalizar o contrato somente terá validade se houver expressa previsão contratual.
 - (D) O contrato estará concluído com a oferta pública em meio eletrônico, sem necessidade de aceite.
 - (E) Por ser meio alternativo de contratação, não há necessidade de manifestação de vontade.
44. Quanto à capacidade de a pessoa jurídica responder por suas obrigações, é causa no Código Civil de desconsideração de sua personalidade:
- (A) a mudança de endereço da empresa executada sem comunicação aos credores.
 - (B) insuficiência patrimonial.
 - (C) confusão patrimonial.
 - (D) a extinção da empresa sem pagamento dos credores.
 - (E) a insolvência da empresa.
45. Sobre a compra e venda, assinale a alternativa correta.
- (A) É anulável a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.
 - (B) É inexistente a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
 - (C) A tradição da coisa vendida, na falta de estipulação expressa, dar-se-á no lugar do domicílio do comprador, ao tempo da venda.
 - (D) Nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
 - (E) Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.
46. A realização de obras no condomínio em edificações
- (A) depende, se necessárias, de voto de dois terços dos condôminos, reunidos em assembleia extraordinária.
 - (B) depende, se voluptuárias, de voto de metade dos condôminos, reunidos em assembleia ordinária.
 - (C) depende, se úteis, de voto de dois terços dos condôminos, reunidos em assembleia extraordinária.
 - (D) se necessárias, na omissão do síndico, pode ser efetuada, independentemente de autorização, por qualquer condômino.
 - (E) se úteis, pode ser efetuada, independentemente de autorização, por qualquer condômino, tendo direito à restituição.
47. Para efeitos legais, os direitos autorais são
- (A) bens móveis, interpretando-se restritivamente os negócios jurídicos sobre eles, cuja proteção independe de registro.
 - (B) bens móveis, interpretando-se amplamente os negócios jurídicos sobre eles, cuja proteção independe de registro.
 - (C) bens imóveis, interpretando-se amplamente os negócios jurídicos sobre eles, cuja proteção independe de registro.
 - (D) bens imóveis, interpretando-se restritivamente os negócios jurídicos sobre eles, cuja proteção depende de registro.
 - (E) bens imóveis, interpretando-se restritivamente os negócios jurídicos sobre eles, cuja proteção depende de expressa disposição negocial.

48. Tratando-se de obrigação, se a prestação, devido à mora do devedor, tornar-se inútil ao credor, este
- (A) deverá recebê-la e exigir perdas e danos.
 - (B) poderá recebê-la e exigir o adimplemento completo.
 - (C) poderá enjeitá-la e exigir a satisfação das perdas e danos.
 - (D) deverá enjeitá-la, mas não poderá exigir outra satisfação.
 - (E) deverá exigir a purgação da mora.
49. Sobre a representação nos negócios jurídicos e sua celebração por representante, assinale a alternativa correta.
- (A) É nulo o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.
 - (B) Se o representado permitir, é válido o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.
 - (C) É inexistente o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.
 - (D) O representante em regra não é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes.
 - (E) A manifestação de vontade pelo representante não produz efeitos em relação ao representado.
50. Os contratos onerosos do devedor insolvente, quando a insolvência for notória ou houver motivo para ser conhecida do outro contratante,
- (A) não caracterizam fraude a credores, por tal razão não são anuláveis.
 - (B) não caracterizam fraude a credores, que só se confirma pela transmissão gratuita.
 - (C) caracterizam fraude a credores, sendo nulos de pleno direito.
 - (D) caracterizam fraude a credores, podendo ser anulados por credores quirografários.
 - (E) caracterizam lesão, diante da notoriedade da insolvência, implicando sua nulidade.

51. Entre os princípios constitucionais do processo, está o da ubiquidade, o qual determina que
- (A) nenhuma ameaça ou lesão de direito individual ou coletivo será subtraída à apreciação do Poder Judiciário.
 - (B) o juiz deve tratar as partes de maneira isonômica, ainda que isto signifique tratar desigualmente os desiguais.
 - (C) o juiz, no exercício da função jurisdicional, deve se pautar por critérios de equidade, em todos os seus termos.
 - (D) em caso de dúvida sobre quem tem razão, o juiz não poderá deixar de sentenciar, devendo aplicar a regra do ônus da prova.
 - (E) o juiz, no exercício da função jurisdicional, deve agir com imparcialidade, em todos os seus termos, permanecendo equidistante das partes.
52. A Lei n.º 9.507/97 regula o rito processual do habeas data. Um dos requisitos objetivos para ajuizamento da ação é a comprovação da recusa ao acesso à informação ou o decurso de mais de 10 (dez) dias sem uma decisão do órgão coator (artigo 8, parágrafo único, inciso I). Nesse contexto, ao constatar que tal requisito não foi cumprido pelo requerente, o órgão julgador deverá, conforme a sistemática implantada para o habeas data e tendo em vista orientação sumulada do STJ,
- (A) presumir que houve recusa, sendo esta justificável por privilegiar o sigilo em prol da segurança pública e social.
 - (B) decretar a extinção do processo, sem julgamento do mérito, por falta de cabimento da ação ante a falta de interesse de agir.
 - (C) decretar a extinção do processo, sem julgamento do mérito, por ausência de pressuposto processual de existência e de desenvolvimento válido e regular do processo, traduzido pela preempção.
 - (D) determinar que o impetrante possa produzir a prova da recusa do impetrado ao acesso às informações, pelo impetrante, em audiência de instrução e julgamento.
 - (E) decretar a imediata extinção do processo, com julgamento do mérito, julgando manifestamente improcedente o pedido.

53. Quanto ao tema probatório, pode-se afirmar que, no âmbito do processo civil, são meios de prova admitidos no sistema:
- (A) somente aqueles que forem previstos expressamente em lei processual ou material.
 - (B) aqueles que o órgão julgador definir no momento do saneamento, após análise dos pontos controvertidos em cada caso concreto.
 - (C) aqueles obtidos ilicitamente, desde que permitido o contraditório.
 - (D) todos os meios legais e moralmente legítimos, ainda que não previstos expressamente em lei, inclusive a gravação clandestina de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, mesmo que tenha sido feita sem qualquer autorização ou sem o conhecimento do outro, desde que ambos os interlocutores sejam partes do processo.
 - (E) aqueles previstos expressamente na lei processual, com exceção da prova emprestada, que sempre será admitida após o contraditório.
54. Conforme artigo 530 do CPC, o recurso de embargos infringentes é cabível na seguinte hipótese:
- (A) julgamento pelo colegiado, por maioria de votos, que, apreciando recurso de apelação, tenha se decidido pela manutenção de sentença de mérito que julgou procedente o pedido do recorrente.
 - (B) julgamento pelo colegiado, por maioria de votos, que, apreciando recurso de apelação, tenha se decidido pela reforma de sentença de extinção do processo, sem julgamento de mérito.
 - (C) julgamento pelo colegiado, por maioria de votos, em que se tenha julgado improcedente ação rescisória.
 - (D) julgamento pelo colegiado, por maioria de votos, que, apreciando recurso de apelação, tenha se decidido pela manutenção de sentença de mérito, de qualquer conteúdo.
 - (E) julgamento pelo colegiado, por maioria de votos, em que se tenha julgado procedente ação rescisória.
55. Sobre a ação direta de inconstitucionalidade, pode-se afirmar que
- (A) se o relator indeferir a petição inicial, por inépcia, dessa decisão não cabe recurso.
 - (B) se o relator indeferir a petição inicial, por inépcia, dessa decisão cabe agravo, no prazo de cinco dias.
 - (C) o relator, ao receber a inicial, determinará a oitiva dos órgãos ou autoridade que editaram a lei ou o ato normativo impugnado, para apresentar informações, no prazo de 10 dias.
 - (D) cabe intervenção de terceiros, na modalidade assistência, apenas.
 - (E) não possui caráter duplice.
56. Com relação às ações de procedimento especial, os prazos para contestar especificamente as ações de nunciação de obra nova, reintegração de posse, prestação de contas e consignação em pagamento são, respectivamente:
- (A) 5 dias; 15 dias; 5 dias e 15 dias.
 - (B) 15 dias; 15 dias; 5 dias e 5 dias.
 - (C) 15 dias; 15 dias; 10 dias e 10 dias.
 - (D) 5 dias; 15 dias; 10 dias e 15 dias.
 - (E) 15 dias; 05 dias; 10 dias e 05 dias.
57. Assinale a alternativa em que se encontram caracterizadas hipóteses de título executivo extrajudicial.
- (A) A sentença penal condenatória transitada em julgado e a sentença arbitral trazida para ser executada perante o Poder Judiciário.
 - (B) O acordo extrajudicial de qualquer natureza, desde que trazido pelas partes para ser homologado judicialmente, e a letra de câmbio.
 - (C) O crédito referente a alugueres ou a taxa condominial decorrente de contrato de locação escrito, em que se estabeleceu essa obrigação para o locatário, e aquele decorrente de foro e laudêmio.
 - (D) O formal e a certidão de partilha, além dos contratos garantidos por anticrese, caução, penhor e hipoteca, bem como os de seguro de vida.
 - (E) A sentença estrangeira, após homologação pelo STJ, e a sentença arbitral trazida para ser executada perante o Poder Judiciário.
58. João figurou como fiador em contrato de locação de imóvel residencial, tendo renunciado ao benefício de ordem. Em razão do inadimplemento do locatário, foi ajuizada ação de despejo por falta de pagamento, cumulada com cobrança dos aluguéis não pagos, tendo o fiador participado dessa relação processual. Após o trâmite processual, que culminou com a procedência do pedido, acabou sendo penhorado o único imóvel de propriedade de João, destinado à sua moradia. Nesse caso,
- (A) João poderá se insurgir contra a penhora, mediante embargos de terceiro, alegando impenhorabilidade por se tratar de bem de família.
 - (B) João poderá se insurgir contra a penhora, mediante embargos à execução, alegando impenhorabilidade por se tratar de bem de família.
 - (C) João poderá se insurgir contra a penhora, mediante impugnação ao cumprimento de sentença, alegando impenhorabilidade por se tratar de bem de família.
 - (D) João poderá oferecer impugnação ao cumprimento de sentença, alegando benefício de ordem e pleiteando sejam executados em primeiro lugar os bens do devedor principal, eis que a renúncia por ele feita deverá ser considerada nula de pleno direito.
 - (E) a alegação de impenhorabilidade de bem de família feita por João não será acolhida, eis que esta cede perante o fiador.

59. A ação monitória, na forma introduzida no sistema brasileiro, poderá ser proposta quando se tratar de hipótese em que o credor

- (A) é titular de um contrato escrito, assinado por duas testemunhas, em que o réu confessa dever a quantia pretendida.
- (B) firmou um contrato de empréstimo verbal com o devedor e tem testemunhas que confirmam o crédito.
- (C) é titular de uma nota promissória, em que o devedor promete pagar a quantia devida.
- (D) é titular de um contrato escrito, assinado apenas pelas partes, em que o réu confessa dever a quantia pretendida.
- (E) tem em seu poder uma declaração de terceiros que afirmam que o devedor reconheceu que deve ao credor a quantia por este exigida.

60. Sobre a ação popular, pode-se afirmar que

- (A) o prazo de contestação é de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental, e será comum a todos os interessados, correndo da entrega em cartório do mandado cumprido, ou, quando for o caso, do decurso do prazo assinado em edital.
- (B) o prazo de contestação é de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 20 (vinte), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental, e será comum a todos os interessados, correndo da entrega em cartório do mandado cumprido, ou, quando for o caso, do decurso do prazo assinado em edital.
- (C) se o autor desistir da ação, ficará assegurado exclusivamente ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.
- (D) a sentença que, julgando procedente a ação popular, decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática, cabendo ação regressiva contra os funcionários causadores de dano, independentemente de culpa.
- (E) a sentença que, julgando procedente a ação popular, decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática, ficando vedada ação regressiva contra os funcionários causadores de dano, ainda que comprovada a culpa.

61. Em relação ao princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas, é correto afirmar que

- (A) o empregado estável não pode pedir demissão.
- (B) conforme entendimento sumulado pelo TST, é possível o pedido de dispensa de cumprimento do aviso prévio pelo empregado, sem exceção, o qual exime o empregador de pagar o valor respectivo.
- (C) a renúncia e a transação são atos unilaterais de disposição de direitos.
- (D) é possível a renúncia ou a transação de direitos trabalhistas se o ordenamento jurídico ou jurisprudência consolidada autorizar.
- (E) a prescrição e a decadência geram supressão de direitos trabalhistas, com afronta ao princípio da indisponibilidade.

62. À luz da CLT sobre a duração do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) As variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários, serão descontadas e computadas como jornada extraordinária.
- (B) A duração normal diária do trabalho do menor pode ser prorrogada, excepcionalmente, por motivo de força maior, até o máximo de 12 (doze) horas, com acréscimo salarial de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal e desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento.
- (C) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais.
- (D) Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 2 (duas) horas.
- (E) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, será computado na jornada de trabalho.

63. Antônio foi contratado em abril. A empresa concede férias coletivas no mês de dezembro de todo ano, momento em que Antônio não terá completado o período aquisitivo para início do período regular de concessão das férias. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Antônio gozará, na oportunidade das férias coletivas, férias proporcionais, iniciando-se, então, novo período aquisitivo.
- (B) Antônio gozará, na oportunidade das férias coletivas, férias proporcionais, continuando a contagem do período aquisitivo anterior.
- (C) Não poderão ser concedidas as férias a Antônio.
- (D) Durante as férias coletivas, Antônio terá seu contrato de trabalho suspenso.
- (E) Antônio gozará, na oportunidade das férias coletivas, férias integrais.

64. O contrato individual de trabalho é um negócio jurídico firmado entre uma pessoa física e um empregador. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.
- (A) O contrato de trabalho é pacto solene.
 - (B) Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 7 (sete) meses no mesmo tipo de atividade.
 - (C) O termo é elemento essencial do contrato de trabalho.
 - (D) O contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.
 - (E) O menor de 16 (dezesesseis) anos não pode celebrar qualquer tipo de contrato de trabalho, pois é parte incapaz.
65. Ressalvadas hipóteses previstas em Convenção ou Sentença Normativa, na hipótese de suspensão do contrato de trabalho, o empregado tem direito
- (A) ao pagamento de salário.
 - (B) a computar o tempo afastado como de serviço.
 - (C) às vantagens ocorridas na sua ausência.
 - (D) a ter prorrogado o fim do contrato por prazo determinado, independentemente de acordo com o empregador.
 - (E) à sustação restrita e unilateral das cláusulas e efeitos do contrato de trabalho.
66. De acordo com a CLT, acerca das normas legais referentes à rescisão do contrato de trabalho, é correto afirmar que
- (A) nos contratos por prazo determinado, o empregado que se desligar, sem justa causa, antes do termo final do contrato, não tem que indenizar o empregador.
 - (B) a compensação, no pagamento das verbas rescisórias a que fizer jus o empregado, poderá ser superior ao equivalente a um mês da sua remuneração.
 - (C) o empregador arcará com o ônus do ato da assistência na rescisão contratual.
 - (D) o instrumento de rescisão ou recibo de quitação pode ser genérico, sem referência clara a parcelas e valores abrangidos.
 - (E) são competentes para assistir o empregado na homologação da rescisão do contrato de trabalho o respectivo Sindicato ou a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
67. Com o advento da Emenda Constitucional n.º 45 de 2004, alterou-se a competência material da Justiça do Trabalho. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.
- (A) Nas ações acidentárias derivadas de acidente de trabalho promovidas pelo trabalhador segurado em face do INSS, é competente a Justiça do Trabalho.
 - (B) Os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, em nenhuma hipótese, são de competência da Justiça do Trabalho.
 - (C) Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Estado interessado poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.
 - (D) As ações sobre representação sindical, apenas entre sindicatos e trabalhadores, são de competência da Justiça do Trabalho.
 - (E) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho são da competência da Justiça do Trabalho.
68. Conforme disposto na Constituição Federal, o Tribunal Superior do Trabalho é composto por
- (A) brasileiros com mais de 35 (trinta e cinco) e menos de 60 (sessenta) anos de idade.
 - (B) Ministros nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
 - (C) 27 (vinte e sete) Ministros, nomeados pelo Presidente da República.
 - (D) Juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Regional.
 - (E) advogados com mais de 5 (cinco) anos de efetiva atividade profissional.
69. Quanto aos prazos no processo do trabalho,
- (A) os prazos processuais contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.
 - (B) não havendo acordo, o reclamado terá 10 (dez) minutos para aduzir sua defesa.
 - (C) cabe agravo de petição no prazo de 10 (dez) dias.
 - (D) no Tribunal Superior do Trabalho, cabem embargos, no prazo de 5 (cinco) dias.
 - (E) conforme entendimento sumulado pelo TST, o prazo para recurso da parte que, intimada, não comparecer à audiência em prosseguimento para a prolação da sentença conta-se de sua publicação.

70. Sobre o procedimento sumaríssimo no direito processual do trabalho, pode-se afirmar que
- (A) não está disciplinado na Consolidação das Leis do Trabalho.
 - (B) caberá citação por edital.
 - (C) o juiz não poderá determinar imediata condução coercitiva da testemunha intimada que não comparecer à audiência.
 - (D) a sentença mencionará os elementos de convicção do juízo, com resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.
 - (E) não se admite prova pericial.

DIREITO FINANCEIRO, ECONÔMICO E EMPRESARIAL PÚBLICO

71. Observadas as categorias econômicas da classificação da despesa, segundo as disposições da Lei n.º 4.320/64, a discriminação ou especificação da despesa por elementos, em cada unidade administrativa ou órgão de governo, deverá obedecer ao esquema determinado pelo mesmo diploma legal. De acordo com o referido esquema, a Amortização da Dívida Pública é prevista como
- (A) despesa de custeio.
 - (B) transferência corrente.
 - (C) investimento.
 - (D) inversão financeira.
 - (E) transferência de capital.
72. Nos termos da Lei Geral do Orçamento (Lei n.º 4.320/64), os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por
- (A) decreto legislativo.
 - (B) decreto executivo.
 - (C) instrução normativa.
 - (D) resolução.
 - (E) lei complementar.

73. Acerca da Ordem Econômica e Financeira, conforme disciplinada pela Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que
- (A) é vedada às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às suas subsidiárias a exploração de atividade econômica de produção ou comercialização de bens, sendo-lhes permitida, contudo, a de prestação de serviços quando necessária em razão de relevante interesse coletivo.
 - (B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando explorarem atividade econômica, poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
 - (C) como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor privado e indicativo para o setor público.
 - (D) é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização dos órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
 - (E) incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre por meio de licitação na modalidade concorrência, a prestação de serviços públicos.
74. Na falência, considerando-se a classificação dos créditos, os créditos trabalhistas cedidos a terceiros serão considerados como créditos
- (A) com privilégio especial.
 - (B) com privilégio geral.
 - (C) quirografários.
 - (D) subordinados.
 - (E) extraconcursais.
75. De acordo com a Lei n.º 9.279/96, a patente de modelo de utilidade vigorará, contado da data do depósito, pelo prazo de
- (A) 20 anos.
 - (B) 15 anos.
 - (C) 10 anos.
 - (D) 5 anos.
 - (E) 3 anos.

76. Assinale a alternativa correta no que diz respeito às debêntures.
- (A) A companhia poderá efetuar mais de uma emissão de debêntures, mas cada emissão não poderá ser dividida em séries.
 - (B) A escritura de debêntures poderá assegurar ao debenturista a opção de escolher receber o pagamento do principal e acessórios, quando do vencimento, amortização ou resgate, em moeda ou em bens avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pela lei que rege as Sociedades Anônimas.
 - (C) A debênture poderá assegurar ao seu titular juros, fixos ou variáveis, mas não a participação no lucro da companhia e prêmio de reembolso que são direitos conferidos, respectivamente, pelas partes beneficiárias e pelos bônus de subscrição.
 - (D) A garantia flutuante assegura à debênture privilégio geral sobre o ativo da companhia, mas impede a negociação dos bens que compõem esse ativo.
 - (E) A debênture que não gozar de garantia não poderá, de igual modo, conter cláusula de subordinação aos créditos quirografários, preferindo apenas os acionistas no ativo remanescente, se houver, em caso de liquidação da companhia.
77. Deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas é competência privativa, dentre outras previstas em lei,
- (A) da Assembleia Geral.
 - (B) da Diretoria.
 - (C) do Conselho de Administração.
 - (D) do Conselho Fiscal.
 - (E) do Conselho Gestor.
78. Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram, para fins de aplicação dos limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito, estabelecidos pela Lei Complementar n.º 101/2000,
- (A) a dívida consolidada.
 - (B) a dívida mobiliária.
 - (C) as operações de crédito.
 - (D) a concessão de garantia.
 - (E) o refinanciamento da dívida mobiliária.
79. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência atua na prevenção e na repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e na repressão ao abuso do poder econômico. Referido sistema é formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e
- (A) pela Secretaria das Finanças do Ministério da Fazenda.
 - (B) pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.
 - (C) pela Secretaria de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.
 - (D) pelo Instituto Nacional de Defesa do Consumidor.
 - (E) pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
80. Sobre as sociedades de economia mista, é correto afirmar que
- (A) são regidas por lei específica, não se lhes aplicando as disposições da lei que rege as sociedades anônimas.
 - (B) terão obrigatoriamente Conselho Fiscal, sendo facultativa a existência do Conselho de Administração.
 - (C) sua participação em outras companhias só é admissível pela forma majoritária.
 - (D) as companhias abertas de economia mista não estão sujeitas às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
 - (E) as instituições financeiras de economia mista poderão participar de outras sociedades, observadas as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

